



APRESENTAÇÃO

Quando a redacção da revista POIÉISIS me pediu pela primeira vez o título deste número especial, escolhi “Crianças e Jovens em África, Europa e América Latina”. Uns dias depois, dei conta que o título publicado no website da revista era “Estudos *sobre* crianças e jovens em....”. Rapidamente, voltei a escrever para os responsáveis pedindo que o título fosse alterado para “Estudos *com* crianças e jovens...”. Mas porque tanta preocupação por uma simples preposição? Na verdade, aquela pequena palavra escondia enormes diferenças epistemológicas e metodológicas. A mudança do título, que foi realizada dentro de poucas horas, pode ser considerada como uma metáfora das transformações que, nas últimas duas décadas, têm afectado o papel das crianças no âmbito dos processos de investigação.

Com efeito, no contexto internacional, muitos investigadores deixaram de considerar os mais jovens como simples “objectos de estudo” (fontes de onde tirar dados para as suas pesquisa) e começaram a envolvê-los como “sujeitos colaboradores” do processo de produção do conhecimento (Mortari & Mazzioni, 2010). Eis a passagem de uma investigação “sobre” as crianças a uma investigação “com” as crianças. Na conceituação desta viragem epistemológica e metodológica, podemos identificar dois importantes pontos de referências: por um lado, a Convenção sobre os Direitos da Criança, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1989 e, por outro lado, o surgimento da nova Sociologia da Infância nos países anglófonos no princípio dos anos 90 (James & Prout, 1990).

Desde então muitas coisas aconteceram: o debate aprofundou-se e alargou-se em diversos países mas também se desenvolveu de forma independente e quase contemporânea em outros contextos; o interesse e as contribuições de várias áreas deram vida ao novo campo interdisciplinar dos Estudos da Criança ou da Infância (*Child or Childhood Studies*); revistas especializadas foram criadas, como por exemplo *Childhood* e *Children & Society*; inúmeros livros e um manual específico foram publicados (Qvortrup, Corsaro, & Honig, 2009; Graue & Walsh, 2003; Christensen & James, 2000; James, Jenks, & Prout, 1998; Corsaro, 1997); e, finalmente, novas e diferentes ferramentas metodológicas foram pensadas e utilizadas.



Oferecer uma panorâmica sobre toda esta riqueza e diversidade que caracteriza os estudos sociais da infância e da juventude é o objectivo deste número especial. Alguns dos autores, ao receberem o meu convite para participar, pediram que especificasse melhor o tema da revista. Mas eu expliquei-lhes que havia escolhido intencionalmente uma chamada que pudesse deixar o campo mais aberto possível. A ideia não era abordar um tema específico ou construir uma resenha sistemática de tudo o que foi feito e escrito nesta área, mas sim dar espaço a trabalhos e experiências diferentes, capazes de despertar a curiosidade dos leitores a reflectir, aprofundar e até experimentar novas posturas em relação às crianças e aos jovens nas pesquisas assim como na vida quotidiana.

O resultado que tenho aqui o prazer de vos apresentar conseguiu satisfazer e até ultrapassar as minhas expectativas. Os artigos recolhidos mostram uma grande variedade sob diferentes pontos de vista. Em primeiro lugar, consideramos a idade dos sujeitos que participaram das investigações apresentadas: começamos dos bebés que ainda não completaram um ano de vida do trabalho de Coutinho e chegamos até os jovens dos 15 aos 35 anos de idade de Cabo Verde que tomaram parte da pesquisa de Martins. Ao avançarmos na leitura dos artigos, daremos conta que não há uma definição partilhada que estabeleça quem é criança, adolescente ou jovem. Meninas de 16 anos são consideradas *crianças* em situação de rua no estudo de Santana em Salvador, enquanto são vistas como *jovens* no trabalho de Martins, de acordo com a definição do Governo de Cabo Verde.

Compreenderemos também que a idade não constitui o único critério para a diferenciação entre grupos geracionais. A definição estabelecida pela Nações Unidas, segundo a qual “criança é todo o ser humano menor de 18 anos” é apenas uma entre as tantas definições possíveis e actuates nos diferentes contextos sociais e culturais. Neste sentido, é significativo o caso apresentado por Nunes da sociedade A’uwe-Xavante, onde as pessoas podem até não saber quantos anos têm mas todos sabem a que categoria de idade pertencem, porque é a pertença a estes grupos, diferente para cada um dos géneros e não quantificados em anos, que é relevante e que organiza a vida social. No caso de Cabo Verde, para além da definição oficial, o que diferencia os jovens dos adultos não é tanto a idade quanto a sua situação de dependência e precariedade em termos de subsistência, emprego e habitação. Portanto, os textos convidam-nos a não considerar as categorias geracionais como algo “estabelecido” de forma definitiva e universal mas como elementos que são

constantemente construídos e negociados nas relações sociais, em modos diferentes em cada contexto social, cultural e histórico.

Um segundo elemento que diferencia os artigos é a identidade dos pesquisadores: as suas idades, o gênero, a sua origem geográfica mas também as suas proveniências e os seus caminhos disciplinares. Temos investigadores que realizaram as pesquisas no seu próprio país e outros que as desenvolveram no exterior. Assim, por cada continente, conseguimos ter pelo menos um olhar “nativo” e um “estrangeiro”, elemento que considero bastante interessante para possíveis reflexões e comparações. Em relação à proveniência disciplinar, acho que o grupo dos autores dá muito bem conta da multi e interdisciplinaridade que têm caracterizado o campo dos Estudos da Infância. Portanto temos Nunes e Martins oriundos da Antropologia, Ferreira e Coutinho da Educação, Satta das Ciências Políticas, Monjane do Jornalismo e Santana da Psicologia. E para onde eles vão? Alguns foram atingir ideias e referências teóricas na Sociologia da Infância, outra na Etnologia Indígena e na Antropologia da Infância, outro nos Estudos Africanos. Também neste âmbito a situação é fluida e caracterizada por fronteiras abertas e variáveis.

Um terceiro elemento a salientar é a metodologia utilizada. Mesmo sob este ponto de vista é notável a riqueza que os trabalhos aqui apresentados nos oferecem. A etnografia constitui uma base fundamental em várias pesquisas mas esta é praticada de forma diversificada dependendo do contexto e dos participantes. Portanto será diferente desenvolver o trabalho numa aldeia ou dentro de uma instituição, assim como a vídeo câmara poderá ser imprescindível num estudo com bebés mas não tão fundamental com crianças mais crescidas e jovens. As metodologias participativas apresentadas por Santana constituem também uma ferramenta interessante no estudo das camadas mais jovens e muitas vezes silenciadas da sociedade.

Diferentes formas de construção dos dados podem também ser combinadas entre elas, como no caso de Monjane que articula a análise de conteúdo dos jornais com um grupo de discussão com as crianças e no caso de Martins que acompanha a etnografia com um inquérito, entrevistas e histórias de vida. Em relação às metodologias de investigação com as crianças e os jovens, a criatividade e a capacidade de combinar diferentes métodos e perspectivas constituem uma mais-valia, uma vez que a infância e a juventude são realidades sociais complexas que precisam ser observadas sob diferentes pontos de vista para serem melhor apreendidas e interpretadas.

Agora gostaria de apresentar brevemente os artigos que estão prestes a ler, identificando algumas ideias centrais que podem ser utilizadas como possíveis chaves de leitura e de análise.

No primeiro artigo, Nunes acompanha-nos à descoberta das crianças A'uwe-Xavante. Trata-se de uma infância “outra”, que se diferencia da imagem globalizada de infância à qual estamos habituados. O encontro com a realidade de vida destes meninos e meninas torna evidente o facto que diferentes sociedades consideram as crianças de formas diferentes. A comunidade estudada por Nunes reconhece papéis específicos às suas crianças, como por exemplo o de ser informadoras e mensageiras acerca dos acontecimentos da aldeia. Isto diferencia-as radicalmente das crianças italianas que, segundo Satta, são frequentemente consideradas apenas como cidadãs do futuro e destinatárias da educação proporcionada pelos adultos. Daí, a ideia da infância como construção social, variável de um contexto para o outro.

A seguir, Coutinho apresenta um estudo com crianças bem pequenas no contexto da creche. Trata-se de um grupo muitas vezes excluído das investigações porque ainda “não fala” através da linguagem verbal e é, por isso, considerado incapaz de comunicar. A pesquisadora, através do seu trabalho etnográfico, convida-nos a explorar outros tipos de linguagens praticadas pelos bebés e que lhes permitem desenvolver as suas acções sociais. Nomeadamente, ao longo do artigo, a categoria central de análise e de reflexão é representada pelo corpo, entendido como componente da acção social.

No terceiro artigo, a atenção é dirigida às práticas espaciais das crianças na sala do Jardim de Infância. Ferreira parte da aparente falta de ordem dos movimentos das crianças no espaço e demonstra-nos como estes, longe de ser casuais, respondem a uma lógica própria, construída e partilhada no âmbito das culturas infantis. A autora discute também as atenções metodológicas a ter para ir além das aparências e desvendar as formas através as quais as crianças usam e resignificam o espaço organizado pela professora.

Na mesma linha com as análises de Ferreira, Satta também confirma que as culturas das crianças se manifestam nos interstícios da ordem espacial e temporal estabelecida pelos adultos. O seu texto, decorrente dum estudo realizado numa instituição de lazer para crianças, convida os leitores a olhar para as relações entre adultos e crianças sob uma nova perspectiva. Assim, a partir do referencial teórico dos estudos culturais, propõe a passagem

de um paradigma educativo a um intercultural, na análise e na interpretação das relações inter-geracionais.

O quinto artigo ocupa-se de um grupo sobre o qual existe um amplo conjunto de investigações: as crianças em situação de rua. Porém, Santana consegue trazer duas novidades através da sua investigação desenvolvida em Salvador de Bahía. A primeira é o foco nas meninas, muitas vezes excluídas das análises porque menos visíveis ou porque consideradas apenas no âmbito do fenómeno da prostituição. A segunda interessante novidade está relacionada com o uso das metodologias participativas, com o intento de “dar voz” a estas meninas. Nesta tentativa, as considerações éticas ocupam um lugar central e a autora mostra-nos como o direito à participação, na prática, pode se contrapor com a necessidade de proteger as crianças.

Enquanto as meninas de Salvador, muitas vezes, reproduzem o discurso que é feito sobre elas pelos demais, no caso dos jovens cabo-verdianos, o discurso “dos outros” é em pleno contraste com a auto-representação que os sujeitos constroem sobre si mesmos. É este paradoxo que Martins apresenta no seu trabalho. As suas análises tornam também clara a constante tensão entre presente e futuro que caracteriza a visão das crianças e dos jovens em muitas sociedades. Nomeadamente, em Cabo-Verde, os jovens são considerados pelos mais velhos tanto os portadores do desenvolvimento futuro da nação como os irresponsáveis e desocupados do presente.

Finalmente, no sétimo artigo, a visão que a sociedade produz e reproduz acerca dos mais novos constitui o foco da investigação, através da análise dos artigos relativos à infância em dois jornais nacionais moçambicanos. A imagem das crianças como vulneráveis e vítimas passivas dos males que as atingem emerge de forma clara. Porém, o grupo de discussão que o investigador organiza para ouvir a opinião das crianças sobre o assunto traz-nos uma imagem diferente. As crianças mantêm-se informadas através da leitura dos jornais e consideram a informação como a melhor forma para serem protagonistas da sua própria protecção.

Antes de deixar a palavra aos autores, gostaria de responder a uma última pergunta: porque vale a pena ler este número especial da Revista Poiesis? Em primeiro lugar porque considero que os artigos representem, para todos os que estão envolvidos na educação das crianças e dos jovens, uma fonte preciosa de informação acerca dos destinatários do seu trabalho. Em segundo lugar, porque o conteúdo desta revista convida a nós todos a

considerar as crianças e os jovens não apenas pelo que serão, como adultos em potencial, como crianças e jovens que são hoje, no seu presente.

Sem mais para o momento desejamos a todos uma boa leitura desta edição da POIÉISIS-RPPGE, V. 4, nº 8.

Professora Dnda. *Elena Colonna*¹ e a Equipe Editorial
POIÉISIS – Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado
Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL

¹ Doutoranda em Estudos da Criança – Sociologia da Infância no Instituto de Educação da Universidade do Minho, em Braga (Portugal). E-mail: elenamaputo@yahoo.it